

Exame Nacional de Cursos

Uma contribuição crítica

*Messias Costa **

O *Exame Nacional de Cursos* foi criado pela Lei nº 9.131/95 como um dos instrumentos de avaliação do ensino superior. A realização desse exame, baseado nos conteúdos mínimos estabelecidos para cada curso, é condição prévia para a obtenção do diploma, podendo o aluno, sempre que julgar conveniente, submeter-se a nova prova, nos anos subsequentes.

O Decreto no. 2.026/96 estabeleceu os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior e que são os seguintes:

- I. análise dos principais indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior, por região e unidades da federação, segundo as áreas do conhecimento e o tipo ou a natureza das instituições de ensino;
- II. avaliação de desempenho individual das instituições de ensino superior, compreendendo todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão;
- III. avaliação do ensino de graduação, por curso, por meio da análise das condições de oferta pelas diferentes instituições de ensino e pela análise dos resultados do *Exame Nacional de Cursos*;

* Doutor pela Universidade de Stanford (EUA) e Professor Adjunto na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

IV. avaliação dos programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento.

Ainda segundo o mesmo Decreto, a avaliação individual das instituições de ensino superior, conduzida por comissão externa à instituição leva em consideração os seguintes aspectos: administração geral, administração acadêmica, integração social e produção científica, cultural e tecnológica. A comissão anteriormente referida levará em conta “a auto-avaliação realizada pela própria instituição, as avaliações dos cursos realizados pelas comissões de especialistas, os resultados dos exames nacionais de cursos, a avaliação da pós-graduação conduzida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e a análise dos indicadores de desempenho global” (parágrafo único do artigo 4º). O mesmo dipl. a legal estabelece também que “a avaliação dos cursos de graduação conduzida por Comissões de Especialistas, designadas pela Secretaria de Ensino Superior -SESu, será precedida de análise abrangente da situação da respectiva área de atuação acadêmica ou profissional, quanto ao domínio do estado da arte na área, levando em consideração o contexto internacional e o comportamento do mercado de trabalho nacional” (parágrafo único do artigo 5º).

A Portaria n. 249, de 18 de março de 1996, instituiu a sistemática para a realização anual do Exame Nacional de Cursos. Em 1996 foram avaliados os cursos de Administração, Direito e Engenharia, e em 1997 farão também parte do processo de avaliação os cursos de Odontologia, Engenharia Química e Medicina Veterinária.

Nos exames aplicados em 1996, estiveram presentes 24.905 alunos de Administração, 26.261 de Direito e 4.360 de Engenharia Civil. O trabalho de elaboração, aplicação, correção das provas e redação dos relatórios básicos de resultados foi feito pela Fundação Carlos Chagas (curso de Direito) e pela Fundação CESGRANRIO (curso de Administração e Engenharia Civil). As provas foram tecnicamente bem elaboradas atendendo às exigências quanto ao grau de dificuldade e poder de discriminação das questões e quanto aos requisitos de validade e fidedignidade. Da mesma forma, a correção foi

realizada com o cuidado que normalmente se exige nesse tipo de atividade.

O Exame Nacional de Cursos ganhou, logo no início, o apelido de Provão, encampado aliás pelo próprio MEC. Temido por uns, criticado por uma larga parcela da comunidade estudantil, passou ele a fazer parte constante das grandes discussões educacionais levadas a efeito nos dois últimos anos. Durante boa parte dessas discussões, o MEC sempre deixou claro que seu objetivo não será avaliar os alunos individualmente, mas fazer uma avaliação ampla do ensino superior. O próprio ministro esclareceu que não faria um *ranking* dos melhores cursos em cada área de atuação (*Revista do Provão*, MEC, ano 1, n. 1, vol. 1, 1996, p. 5). Apesar disso, a imprensa divulgou com certo estardalhaço os resultados do primeiro provão e não deixou de fazer a classificação das melhores e das piores faculdades do Brasil (e. g. *Revista Veja*, de 30/04/1997, pp. 88-94). Além disso, para o grande público, a informação dada pelos meios de comunicação é a que conta.

Este trabalho pretende apresentar as principais características do Exame Nacional de Cursos e demonstrar que qualquer classificação de cursos ou faculdades baseada apenas nos resultados de uma prova, aplicada unicamente no final do curso, pode ser incompleta e enganosa.

Alguns Resultados do Exame de 1996 - Breve Resumo

Segundo o MEC, “a atribuição do conceito a cada curso/habilitação oferecido por uma instituição de ensino superior baseou-se na distribuição média dos seus graduandos presentes ao Exame por cinco grandes faixas” (MEC, **ENC/1996: Síntese**, p. 17).

Os conceitos atribuídos aos cursos/habilitações foram os seguintes:

- A - cursos cujas médias situaram-se acima do 88° percentual;
- B - cursos cujas médias situaram-se acima de 70° e até o 88° percentual, inclusive;
- C - cursos cujas médias situaram-se acima do 30° e até o 70° percentual, inclusive;

- D - cursos cujas médias situaram-se acima do 12º e até o 30º percentual, inclusive;
- E - cursos cujas médias situaram-se até o 12º percentual, inclusive, já distribuição das médias de todos os cursos.

Além destes, empregou-se também a classificação “SC - Sem Conceito”, para os cursos que tiveram apenas um graduando e para cursos cujos graduandos presentes não tiveram condições para responder às provas devido a circunstâncias alheias à sua vontade.

Administração

Dos 335 cursos avaliados, 70,7% são particulares e 29,3% são públicos (10,7 são federais, 9,0% estaduais e 9,6% municipais). Entre as instituições públicas, as federais tiveram melhor desempenho: a grande maioria (61,1%) obteve conceitos A e B. Entre as particulares apenas 24,0% obtiveram conceitos A e B.

Direito

Das 179 instituições participantes, a maioria é particular (65,4%), sendo apenas 19,6 federais, 6,7% estaduais e 8,4% municipais. Entre as instituições públicas, as estaduais apresentaram o melhor desempenho, com 75,0% nas faixas A e B, contra apenas 37,1% das federais e 40,0% das municipais. Entre as instituições particulares, apenas 22,2% obtiveram conceitos A e B.

Engenharia Civil

Os 102 cursos de Engenharia Civil distribuem-se equilibradamente entre as instituições públicas (51,0%) e particulares (49,0%). As federais contam com 30,4% dos cursos, as estaduais com 15,7% e as municipais com 4,9%. As instituições públicas federais e estaduais tiveram os melhores desempenhos, alcançando 48,4% e 37,6%, respectivamente, os conceitos A e B. Entre as instituições

particulares nenhuma obteve o conceito A e apenas 14,1% conseguiu o conceito B.

Além dos conceitos referentes aos resultados do Exame Nacional de Cursos, foram publicadas também as seguintes informações: percentual de respondentes presentes, conceito relativo à titulação do corpo docente, conceito relativo à jornada de trabalho, conceito no mestrado e no doutorado, e relação entre inscrições e vagas oferecidas pela instituição.

Uma Contribuição Crítica

A apreciação crítica do Exame Nacional de Cursos, desenvolvida aqui, abrange duas fases: a) a formulação de um modelo conceitual básico de análise, e b) a apreciação crítica propriamente dita.

O Modelo Teórico de Análise

O enfoque conceitual de análise de sistemas pode ser aplicado ao estudo das organizações de uma forma geral e ao estudo da instituição educacional de forma particular. Ele é empregado aqui na sua versão mais simples e funciona apenas como um guia destinado a visualizar, de forma mais clara, o funcionamento de toda a organização bem como sua relação com o meio que a envolve. Simplificadamente, a organização escolar, enquanto sistema, possui um conjunto de insumos (**inputs**) que, através de um processo de produção, são transformados e devolvidos à sociedade sob a forma de produtos (**outputs**).

Na escola, qualquer que seja seu nível (ensino fundamental, médio ou superior), se faz necessário um grande número de insumos para que a organização possa funcionar adequadamente. Tais insumos incluem, por exemplo, os objetivos educacionais e os valores que orientam as ações da instituição, os recursos humanos, financeiros e materiais, como laboratórios, bibliotecas e instituições desportivas, além, é lógico, do aluno, principal razão da existência da escola.

Através dos vários procedimentos didáticos empregados (aulas expositivas, discussões, trabalhos de grupo, utilização dos laboratórios e dos recursos oferecidos pela biblioteca) os insumos são processados, fornecendo à sociedade, ao final de um determinado período, um conjunto de produtos ou resultados. Esse processo de produção, no caso da escola, recebe o nome de processo educacional, e é um momento muito importante apesar de se saber que a educação é um fenômeno complexo, que também acontece em outras instâncias além da instituição educacional, como bem reconhece a própria Lei de Diretrizes e Bases, no seu artigo 1º (Lei no. 9.394/96).

No caso da escola, os produtos ou resultados obtidos envolvem, por exemplo, a melhoria do nível cultural da população, o aperfeiçoamento individual das pessoas, os recursos humanos formados e o resultado de pesquisas produzidas (Coombs, 1970; Dias, 1981; Motta, 1992; Chiavenato, 1993). De uma forma geral, grande parte destes produtos está reunida em um só ser: o aluno formado, escolarizado, educado.

De acordo com este enfoque conceitual, o aluno aparece em dois momentos distintos. No primeiro, como um noviço, um recém-chegado, um “calouro”: é o aluno-insumo. No segundo momento, ele surge como aluno formado, educado ou, pelo menos, escolarizado: é o aluno-produto. Trata-se da mesma pessoa, sendo que a diferença entre um e outro é dada pelo que a escola foi capaz de fazer em matéria educacional, *ceteris paribus*.

Ainda de acordo com esta forma de análise, uma escola de boa qualidade é aquela em que os insumos, em quantidade e qualidade desejáveis, são adequadamente processados e transformados em produtos também de boa qualidade: alunos bem preparados, alta taxa de retenção, pessoas felizes, etc. Uma escola ruim ou fraca é aquela onde faltam recursos ou onde os recursos disponíveis são inapropriadamente utilizados ou são de baixa qualidade, produzindo resultados insatisfatórios, tais como, reprovação, evasão, alunos despreparados, famílias descontentes, e assim por diante.

É claro que esta forma de encarar a instituição educacional pode ser criticada por ser mecânica, por simplificar a realidade e por

não enfatizar devidamente a questão dos conflitos organizacionais internos. No entanto, para os objetivos do presente trabalho, o modelo conceitual é suficiente e retrata bem a realidade de nossas escolas. Pode, portanto, ser usado na avaliação dos cursos superiores, objeto deste trabalho.

A Apreciação crítica propriamente dita

O Exame Nacional de Cursos instituído pelo MEC, como parte de um processo de avaliação mais amplo, é uma experiência inovadora e louvável dentro da educação brasileira. Toda atividade humana precisa ser avaliada e a educação superior, pela importância que apresenta para o futuro do país e pelo montante de recursos (públicos e privados) que envolve, não pode deixar de prestar contas à sociedade sobre suas qualidades e defeitos. Da mesma forma, a avaliação realizada através de provas é perfeitamente válida e legítima. No entanto, dois aspectos dos exames verificados em 1996 merecem uma certa reflexão.

A primeira observação diz respeito ao *marketing* do Exame Nacional de Cursos. Neste particular, ao que parece, houve um certo descuido dos organizadores do evento. É certo que o Exame Nacional de Cursos se insere dentro de um processo mais amplo de avaliação, mas o MEC deixou de enfatizar junto ao grande público, desde o começo, o aspecto avaliativo de tão importante iniciativa. Quase toda a divulgação feita através dos meios de comunicação de massa deu mais realce ao aspecto “exame” do que ao aspecto “avaliação”. Como é de se esperar, exames e provas são elementos geralmente nunca bem aceitos com naturalidade pelos alunos. Há estudantes que se sentem mal só em pensar que terão que se submeter a um teste. Em vez de Exame Nacional de Cursos, talvez tivesse sido mais prudente escolher uma denominação “mais leve”, como Avaliação Nacional de Cursos para a Melhoria do Ensino Superior, ou coisa semelhante. Ou seja, o MEC deveria ter enfatizado o lado “avaliação” e desprezado ou minimizado o aspecto “exame” ou “prova”. Para ser mais justo, ele até que tentou adotar tal procedimento no período imediatamente anterior

aos exames, mas, a julgar pela considerável onda de rejeição que teve que enfrentar, a providência foi tomada um pouco tarde demais. Àquela altura, o aspecto “exame” já estava inoculado nas mentes estudantis e a campanha publicitária não foi suficiente para reverter o sentido negativo contido nessa palavra.

Outra consideração que precisa ser feita - e esta é mais importante - diz respeito à interpretação dos resultados dos exames de 1996, já divulgados. O MEC sempre deixou bem claro que pretendia realizar apenas a avaliação dos cursos e faculdades, e não a dos alunos individualmente considerados. No entanto, a correta interpretação dos resultados requer alguns cuidados adicionais. De uma forma geral, a classificação adotada pretende indicar quais são as faculdades boas e quais são as faculdades fracas. Mas o que é uma faculdade boa e o que é uma faculdade fraca? Além disso, quais são os fatores que levam os estudantes a tirar uma pontuação alta ou baixa nos testes acadêmicos? Como ficou demonstrado no modelo teórico proposto anteriormente, a compreensão de que o rendimento escolar (produto ou **output**) de um determinado aluno em uma prova adequadamente elaborada é o resultado da qualidade e da quantidade dos insumos utilizados (**inputs**), ajuda pelo menos em parte a entender melhor o processo pelo qual o saber escolar é elaborado. As pessoas, de uma forma geral, acreditam, e com muita razão, que uma boa faculdade é aquela que tem instalações satisfatórias, utiliza recursos instrucionais adequados, possui professores altamente qualificados, administra eficientemente o tempo e os instrumentos disponíveis, impõe exigências rigorosas para a aprovação dos alunos, e assim por diante. A utilização adequada de todos estes insumos é o que faz com que os estudantes, quando submetidos a um processo de avaliação como o do Exame Nacional de Cursos, se saiam bem nas provas. Uma faculdade fraca, por sua vez, é aquela onde se dá o contrário. É justamente aí que se esconde a armadilha na interpretação dos resultados do Provão feita pela imprensa e pelo grande público, de maneira geral.

O estudante - elemento através do qual é feita a avaliação das faculdades e dos cursos - é ao mesmo tempo insumo e produto dentro deste processo de avaliação. Os resultados divulgados referem-se ao

aluno-produto, não levando em conta o aluno-insumo. Desta forma, o resultado de uma dada escola que tenha se saído bem nos Exames é altamente explicável pela já “boa” qualidade do aluno quando de seu ingresso através do vestibular. E isto é bastante lógico, uma vez que os candidatos ao ensino superior, por ocasião do vestibular, primeiro optam pelas faculdades públicas e só depois pelas particulares. Além disso, primeiro eles escolhem as tradicionais e de maior prestígio, e só em último caso ficam com as mais novas ou que não possuam muita fama. E esta forma de escolha é muito natural e lógica, porque é feita de acordo com uma fundamentação racional. Este processo é de tal natureza que acaba gerando um círculo vicioso, levando a ocorrer aquilo que alguns estudiosos chamam de “profecia que se auto-realiza”: a boa faculdade atrai os melhores alunos e os melhores alunos acabam fazendo com que esta boa faculdade se mantenha boa e famosa, produzindo os melhores profissionais, e assim sucessivamente.

Por essa razão, uma avaliação mais justa e correta dos cursos e das faculdades através de exames aplicados nos alunos precisaria estabelecer um “controle estatístico” da influência do potencial inicial do aluno sobre o resultado final, como o Provão. Este potencial deveria ser medido através de um mesmo instrumento administrado no final do ensino médio ou por ocasião do vestibular, ou ainda por meio de algum outro exame aplicado no primeiro ano da faculdade. Ou seja, a nota obtida em um exame de saída (tipo Provão) precisaria ser “corrigida” pela nota alcançada em algum exame de entrada. Sem esta providência, a comparabilidade dos resultados do Exame Nacional de Cursos fica falha, uma vez que, da forma como ela tem sido feita, parte-se do pressuposto de que os alunos eram todos iguais no início dos seus cursos superiores. E este pressuposto é indiscutivelmente falso.

Conclusão

O Exame Nacional de Cursos faz parte de um processo amplo de avaliação que já há algum tempo vem sendo implantado pelo MEC. As provas aplicadas nos exames realizados em 1996 foram

tecnicamente bem elaboradas. A aplicação das provas, apesar da resistência de alguns setores e das dificuldades daí decorrentes, revestiu-se de todos os cuidados necessários. A correção foi igualmente feita dentro dos critérios técnicos exigidos.

Apesar destes aspectos favoráveis, é lícito admitir que a avaliação através de provas deveria levar em conta o potencial do aluno ao ingressar no curso superior. Por isso, é preciso muita cautela na avaliação dos cursos e faculdades através das notas obtidas pelos estudantes. Não se pretende com isso tirar o mérito das faculdades que obtiveram bons resultados no Exame Nacional de Cursos nem justificar a baixa realização das demais. Os resultados obtidos são importantes como diagnóstico da situação do ensino superior mas não são suficientes para mostrar qual é a melhor ou a pior escola superior. A advertência é tão somente destinada a chamar a atenção de todos para a relatividade dos números e, conseqüentemente, para o cuidado que se deve ter com a interpretação dos resultados publicados.

Referências Bibliográficas

- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
- COOMBS, Philip. H. *The World Educational Crisis*. New York: Oxford University Press, 1970.
- DIAS, José Augusto. Sistema Escolar Brasileiro. In: BREJON, Moysés: *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1o. e 2o. Graus, Leituras*. 13ª ed. São Paulo: Pioneira, 1991.
- MEC/INEP/DAES. *Exame Nacional de Cursos, 1996: Síntese*. Brasília,: INEP, 1997.
- _____. *Exame Nacional de Cursos, 1996: Relatório, Administração*. Brasília: INEP, 1997.
- _____. *Exame Nacional de Cursos, 1996: Relatório, Direito*. Brasília: INEP, 1997.
- _____. *Exame Nacional de Cursos, 1996: Relatório, Engenharia Civil*. Brasília: INEP, 1997.

- _____. *Quem é e o que pensa o graduando, 1996: Administração*. Brasília: INEP, 1997.
- _____. *Quem é e o que pensa o graduando, 1996: Direito*. Brasília: INEP, 1997.
- _____. *Quem é e o que pensa o graduando, 1996: Engenharia Civil*. Brasília: INEP, 1997.
- MEC/INEP/SEDIAE. *Revista do Provão, Curso de Administração*. Brasília: MEC, a. 1, v. 1, n. 1996.
- _____. *Revista do Provão, Curso de Direito*. Brasília: MEC, a. 1, v. 1, n. 1, 1996.
- _____. *Revista do Provão, Curso de Engenharia Civil*. Brasília: MEC, a. 1, v. 1, n. 1, 1996.
- MOTTA, Fernando C. P. *Teoria Geral da Administração*. 17ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- VEJA,. São Paulo: Abril, a. 30, v. 17, n. 1493, 30 abr. 1997.

RESUMO

O Exame Nacional de Cursos instituído pelo MEC, como parte de um processo de avaliação mais amplo, é uma experiência inovadora e louvável. De acordo com esta estratégia, as faculdades e os cursos são avaliados através dos resultados obtidos pelos alunos em um exame aplicado no final do curso. No entanto, esse procedimento apresenta algumas limitações. O aluno pode ser considerado insumo (quando entra na faculdade) como pode ser considerado produto (quando se forma). As comparações divulgadas pela imprensa só consideram o aluno-produto e não levam em conta o aluno-insumo. O resultado de uma dada faculdade que tenha se saído bem nos exames é altamente explicável pela já “boa” qualidade do aluno quando de seu ingresso através do vestibular. Uma avaliação mais justa e correta precisaria levar em conta a influência do potencial inicial do aluno. A comparabilidade dos resultados do Exame Nacional de Cursos, da forma com tem sido feita, é falha porque parte do pressuposto de que os alunos eram todos iguais no início de seus cursos superiores. E este pressuposto é indiscutivelmente falso.

ABSTRACT

Several approaches have been used for evaluation of higher education in Brazil. One of them is the National Examination of Courses. Such an examination consists of administering a scholastic test to higher education students before graduation. There is however some limitations in such a procedure. According to a conceptual framework of systems analysis, students can be thought of as inputs (when they are admitted to school) and as outputs (when they are about to graduate). Testing students by the end of their courses as a way to evaluating higher education institutions and courses may present problems. The best students choose to apply for public universities which are good and where they don't have to pay tuition and fees. Other students choose what is left. A fair approach to evaluate higher education students should also take into account the students' potential when they were admitted. Otherwise one would be accepting the assumption that all students are equal at the time they are admitted. And of course this is not the case.